

**ESTADO DE RORAIMA
MINISTÉRIO PÚBLICO**

PROCURADORARIA-GERAL DE JUSTIÇA

**VI CONCURSO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE
PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO**

PROVA PREAMBULAR

2006

QUESTÕES DE LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO

01. A única instância que talvez possa constituir um freio aos apetites humanos
02. é o cuidado para não ser visto ao infringir as normas. É evidente a
03. inconsistência de uma moralidade que se apóie apenas no medo de ser
04. apanhado em flagrante, de ser descoberto, de ser filmado ao cometer uma
05. falcatura. Se é verdade que vivemos na "sociedade do espetáculo",
06. compreende-se que o que importa é representar bem o papel de mocinho,
07. mesmo que a natureza mais íntima seja a de bandido. Não faltam exemplos
08. disso em nossa história recente. Todo o cuidado é para que a imagem,
09. construída com habilidosas operações de marketing, não seja destruída,
10. deixando ver a realidade por trás da aparência.
11. É inevitável que se desencadeie uma espécie de aventura,
12. em que a esperteza para não ser descoberto disputa um jogo
13. com a possibilidade de ser apanhado.
14. Trata-se de um jogo arriscado, é verdade, mas, por isso, fascinante, nos
15. tempos em que estão em moda esportes radicais para produzir adrenalina.
16. Há formas de produzir, além da adrenalina, muito dinheiro fácil. E, em época
17. mais recente, parece não ser mais tão importante "não ser visto", mas não ser
18. punido. Nesse terreno, aumentam os recursos para conseguir a impunidade
19. ou uma pena relativamente leve, quando comparada com os benefícios
20. acumulados e devidamente guardados.
21. As sanções legais (ser preso), a desaprovação dos amigos, a reação
22. escandalizada da mídia não são suficientes para desestimular um
23. comportamento antiético.
24. O compromisso ético assumido com decisão voluntariosa também sofre de
25. uma incurável fragilidade e não resiste à prova dos fatos, como os
26. noticiários da imprensa estão amplamente documentando. Aliás, não são
27. poucas as circunstâncias nas quais a pessoa que não aproveita a situação
28. para o próprio benefício, para tirar sua vantagem, não somente se considera
29. otária, mas sim também é considerada pelos colegas, a ponto de sentir
30. vergonha por ter impedimentos morais que funcionam como freios
31. inibidores, tabus que sinalizam barreiras intransponíveis. Uma pessoa assim
32. parece anormal.

João Carlos Petrini, com adaptações.)

01. Pela leitura primeiro período do texto, pode-se pressupor que o cuidado para não ser visto infringindo as normas

- (A) é um freio eficiente aos apetites humanos.
- (B) talvez se constitua um freio aos apetites humanos.
- (C) é o freio apetites humanos.
- (D) sempre será um freio aos apetites humanos.
- (E) nunca será um freio aos apetites humanos.

02. Considere as afirmativas abaixo.

| - Se o acento no substantivo **história**, linha 8, for excluído, ainda se tem uma palavra em Língua Portuguesa, mas haverá alteração da classe gramatical.

|| - As palavras **fácil**, linha 16, e **inevitável**, linha 11, têm acento pelo mesmo motivo: regra das paroxítonas.

||| - Os substantivos **benefício**, linha 28, se tiver o acento excluído, passará a ser um verbo de primeira conjugação.

Quais estão **corretas**?

- (A) Apenas I e III.
- (B) Apenas I e II.
- (C) Apenas II e III.
- (D) I, II e III.
- (E) Apenas a III.

03. Considere as propostas de modificação da pontuação do texto.

I - Substituição da vírgula antes de **mas**, linha 29, por um ponto, com a consequência troca de minúscula por maiúscula.

II - Exclusão das vírgulas na linha 21 depois dos parênteses depois de **amigos**.

III - Acréscimo de vírgula depois de **compreende-se**, linha 6.

Quais as propostas de modificação que mantêm a correção gramatical do texto?

- (A) Apenas a I.
- (B) Apenas a II.
- (C) Apenas a III.
- (D) Apenas I, II e III.
- (E) Apenas I e III.

04. O vocábulo ESPERTEZA (linha 12) é grafado com “z” por ter significado abstrato e por derivar do adjetivo **esperto**. Marque a alternativa cujas duas palavras são grafadas com a letra “z”.

- (A) montanhe... / embriague...
- (B) líquide..... / burgue... ia
- (C) turque... a / destre...a
- (D) dedeti...ação / dramati...ação
- (E) parali...ação / improvi...ação

05. Entre as funções morfológicas da palavra QUE, duas são destacadas: pronome relativo e conjunção. Dos “quês” extraídos do texto, assinale aquele que for CONJUNÇÃO.

- (A) que (linha 01)
- (B) que (linha 03)
- (C) que (linha 11)
- (D) que (linha 27)
- (E) que (linha 30)

06. O nexu “mesmo que” (linha 17) está empregado com significado **CONCESSIVO**. Assinale a opção em que o nexu tem a mesma significação concessiva.

- (A) Estamos preocupados, visto que a delinqencia está cada vez mais incisiva.
- (B) Os objetivos não foram alcançados, conquanto todos tivessem se esforçado.
- (C) As esperanças quanto ao êxito eram fortes, entretanto ele não se confirmou.
- (D) O reu deverá ser condenado, porquanto, de fato, ele cometera o delito.
- (E) Os parentes da vítimas sairam bastante aliviados, assim que o julgamento foi concluído.

07. O nexu “que” da linha 31 poderia ser substituído pelo nexu “os quais”, pois funciona como sujeito do verbo **signalizar**; “barreira intransponíveis” é o objeto direto desse verbo. Assinale a alternativa **correta** quanto  regenciado verbo.

- (A) Prometo obedecer-lhe de hoje em diante.
- (B) Os subchefes aspiram o cargo dos chefes.
- (C) Cientifique aos associados das decisões tomadas.
- (D) Há quem prefira mais a surpresa do que o planejamento.
- (E) Informo os senhores que ninguém se opôs ao que dissemos.

08. Marque a opção em que a flexão verbal estiver **CORRETA**.

- (A) Quando me **VIREM** aqui, ficarão surpresos.
- (B) Este contrato **VIGIR** por três anos.
- (C) As vítimas **REAVERAM** uma parte dos bens.
- (D) Se eles **PROPOEM** nova decisão, nós recorreremos.
- (E) Escolherei as condições que me **CONVIREM**.

09. Assinale a única opção em que o verbo estiver **CORRETAMENTE** flexionado.

- (A) Os brasileiros **ASIAM** por melhores dias.
- (B) Se vocês se **MANTEREM** unidos, serão vitoriosos.
- (C) Enquanto nos **ENTRETAMOS** no bar, arrombaram nossa loja.
- (D)  necessário que **FREIEMOS** a tempo.
- (E) Os habitantes das margens **PRECAVERAM-SE** para as enchentes.

10. Se passássemos para o plural a palavra **JOGO** (linha 14), a frase **CORRETA** seria: “Trata-se de jogos arriscados”, com o verbo permanecendo no singular. Marque a alternativa em que houver **INCORREÇÃO** na concordância verbal.

- (A) Devem-se procurar outras soluções.
- (B) Procurar-se-ão os culpados.
- (C)  impressionante como se acreditam em boatos.

- (D) Necessitar-se-á de novos promotores.
- (E) Intimidem-se as partes.

QUESTÕES DE DIREITO

GRUPO I - A - DIREITO PENAL

11. Indique a alternativa **correta**.

- (A) A prescrição em abstrato começa a correr do dia em que o crime se consumou. Com esta afirmativa, o legislador ratificou a vigência da teoria da atividade adotada no Brasil quanto ao tempo do crime.
- (B) A partir do consagrado brocardo *nullum crimen sine praevia lege*, é vedada a retroatividade da lei penal brasileira.
- (C) Dentre os princípios que solucionam o conflito aparente de normas, podem ser citados o da consunção e o da especialidade. Neste, a norma especial contém, na íntegra, os elementos verificados na norma geral, além de outros elementos que constituem um *minus* ou um *plus* de severidade, a exemplo do delito de tráfico internacional de entorpecentes em relação ao contrabando.
- (D) São teorias que explicam o lugar do crime a teoria da atividade, a teoria do resultado e a teoria da ubiqüidade ou mista. Nesta, o lugar do crime será onde se deu qualquer dos momentos do *iter criminis*. Desta forma, aplica-se a teoria da ubiqüidade ou mista na hipótese de crimes conexos de roubo ocorrido na Venezuela e receptação dolosa ocorrida no Brasil, devendo ambos ser julgados no país onde ocorreu o crime mais grave.
- (E) João Calixto iniciou a cumprir sua pena de 5 anos, 8 meses e 22 dias no dia 6 de setembro de 2004. Considerando-se que, na contagem do prazo, se contam os dias, meses e os anos pelo calendário comum, João Calixto terminará o cumprimento da pena no dia 29 de maio de 2010.

12. Indique a alternativa **correta**.

- (A) A teoria finalista da ação teve como mérito superar a taxativa separação dos aspectos objetivos e subjetivos da ação e do injusto, transformando, com isso, o injusto naturalístico em injusto pessoal. Para a aludida teoria, a atividade final do agente é dirigida conscientemente a um fim.
- (B) De acordo com a concepção finalista da ação, somente são produzidas finalisticamente aquelas conseqüências a cuja realização se estender a direção final. A finalidade, isto é, a vontade de realização compreende o fim, as conseqüências que o autor considera necessariamente unidas à obtenção do fim, mas não abrange aquelas previstas por ele como possíveis e com cuja produção cogitava.
- (C) A crítica mais veemente formulada para contraditar a teoria finalista da ação diz respeito aos crimes tentados e aos crimes de atentado, porquanto neles não corre o resultado por circunstâncias alheias à vontade do agente.
- (D) A partir dos fundamentos sustentados pela teoria social da ação, são conseqüências da ilicitude, e da culpa nos tipos de injustos doloso e culposos, o conceito pessoal de injusto, que leva em consideração os elementos pessoais relativos ao autor, e o desvalor pessoal da ação do agente, que se revela pelo dolo do tipo ou da culpa.

(E) Para a teoria casual naturalista da ação, incluem-se no conceito de ação a manifestação de vontade, o resultado, a relação de causalidade e o conteúdo da vontade.

13. Indique a alternativa **correta**.

- (A) São causas que excluem a imputabilidade penal a doença mental, o desenvolvimento mental incompleto ou retardado e a embriaguez culposa.
- (B) A emoção ou a paixão não excluem a imputabilidade penal, enquanto a coação física irresistível pode excluir a culpabilidade.
- (C) Quando da ocorrência de coação moral, exclui-se a culpabilidade, devendo ser punido apenas o autor da coação ou da ordem.
- (D) Na coação moral, o fato delituoso praticado é objetivamente lícito para o coagido, incidindo sobre sua conduta causa dirimente. Na obediência hierárquica, para que exclua a culpabilidade, a ordem pode decorrer de uma relação de direito público ou privado e deve ser legal.
- (E) A teoria extrita ou extremada da culpabilidade e a teoria limitada da culpabilidade são derivações da teoria normativa pura culpabilidade e divergem quanto ao tratamento das descriminantes putativas.

14. Pedro Marcondes das Dores é amigo íntimo de Paulo Florido desde longa data. Pedro trabalhava em uma madeireira, enquanto Paulo, aposentado, às segundas, quartas e sextas-feiras, durante o dia, prestava auxílio na creche da APAE, desde o ano de 200, sem perceber remuneração pelas atividades lá desempenhadas a título de filantropia. No dia 25 de novembro de 2005, Pedro foi demitido da empresa na qual trabalhava. Quando retorna para casa, em virtude da demissão, ingressou em um bar e passou a beber cachaça.. Lá encontrou Paulo. Após Pedro relatar que forma demitido, Paulo teceu considerações acerca dos fatos que desagradaram a Pedro. Em vista disso, Paulo passou a agredi-lo, desferindo-lhe socos na face e pontapés nas pernas. A agressão somente cessou devido à interferência de pessoas presentes. Por consequência disso, a vítima foi socorrida e recebeu atendimento no hospital, apurando-se a ocorrência de hematomas na face e em seus membros inferiores. Paulo, em virtude da agressão sofrida, teve um gasto de 150,00 com curativos e assistência médica.

Com base no fato acima lançado, **aponte a assertativa correta**.

- (A) Se o fato submetido ao Juizado Especial Criminal, estabelecida a sua competência em razão da matéria para a apreciação da infração penal cometida, a extinção da punibilidade, por meio da composição dos danos civis entre as partes, não pode ocorrer após o oferecimento da denúncia.
- (B) Estabelecida a competência do Juizado Especial Criminal em razão da matéria para apreciação da infração penal cometida, é pressuposto para exsurgir a possibilidade do oferecimento da transação penal pelo Ministério Público a inoocorrência de composição dos danos civis entre as partes, homologada pelo Juiz de Direito.
- (C) Admitindo-se a competência do Juizado Especial Criminal em razão da matéria para apreciar o delito cometido, se oferecido o benefício da transação penal, afigura-se inviável ao Ministério Público ofertar a benesse da suspensão

condicional do processo, porquanto se trata de benefícios incompatíveis devido à natureza da infração penal.

(D) A partir do fato lançado, cogitando-se a hipótese de a vítima não poder prestar suas atividades filantrópicas à APAE até o dia 2 de janeiro de 2006, devido à agressão sofrida, supondo-se a existência de auto de exame de corpo de delito que confirme esta impossibilidade, ao agente do Ministério Público é possível, com a denúncia, oferecer a proposta de transação penal.

(E) A partir do fato lançado, cogitando-se a hipótese de a vítima não poder prestar suas atividades filantrópicas à APAE até o dia 2 de janeiro de 2006, devido à agressão sofrida, supondo-se a existência de auto de exame de corpo de delito que confirme esta impossibilidade, se houver composição dos danos civis entre as partes, inviabiliza-se o exercício da ação penal por parte do Ministério Público.

15. Leia com atenção os enunciados abaixo.

ENUNCIADO Nº 1- Ariovaldo, com dolo de furtar as jóias que se encontraram no interior da residência de Claudete, dirige-se até o local. Lá estando, Rua dos Arvoredos, para poder ingressar na propriedade da vítima, transpõe um muro com altura de dois metros, praticando esforço incomum. Já no interior do pátio da propriedade, encontra a porta aberta e ingressa na casa de Claudete. Quando se encontrava na sala, ao avistar o DVD que desejava furtar, raciocina melhor e, pensando em seus filhos, desiste da subtração pretendida. Ao estar na iminência de se retirar, é flagrado e preso pelo marido de Claudete.

ENUNCIADO Nº 2 – Plácido, insatisfeito com seu patrão, pessoa muito exigente rigorosa, resolve matá-lo. Para tanto, põe cianureto de potássio, veneno letal, no açúcar utilizado para o café no escritório onde ambos trabalham. No dia 25 de outubro de 2005, o patrão de Plácido, pela manhã, ingere uma xícara de café com o açúcar envenenado, quantidade suficiente para matá-lo. Entretanto, Plácido, arrependido do que fez, confessa o fato ao patrão e fornece-lhe o antídoto. O patrão, entretanto, desiludido com a atitude de Plácido e desconfiado da atitude deste empregado, nega-se a ingeri-lo. Meia hora após, o patrão morre.

A partir dos enunciados acima propostos, indique a alternativa correta.

(A) No enunciado n.º 1, Ariovaldo deve responder por tentativa de furto qualificado, enquanto que, no enunciado n.º 2, Plácido responderá apenas por tentativa de homicídio, na medida em que praticou as condutas necessárias para configurar o arrependimento eficaz, não obtendo êxito por circunstâncias alheias à sua vontade.

(B) No enunciado n.º 1, Ariovaldo deve responder por furto qualificado tentando, enquanto que, no enunciado n.º 2, Plácido responderá pela prática de homicídio consumado.

(C) No enunciado n.º 1, Ariovaldo não responderá pela prática de delito contra o patrimônio, enquanto que, no enunciado n.º 2, Plácido responderá apenas por tentativa, na medida em que praticou as condutas necessárias para configurar o arrependimento eficaz, não obtendo êxito por circunstâncias alheias à sua vontade.

(D) No enunciado n.º 1, Ariovaldo não responderá pela prática de delito contra o patrimônio, enquanto que, no enunciado n.º 2, Plácido poderá responder por homicídio consumado.

(E) No enunciado 1, tem-se a hipótese de tentativa perfeita, enquanto que, no enunciado n.º 2, tem-se situação de desistência voluntária.

16. Quando à execução penal, indique a alternativa **correta**.

(A) Natálio foi condenado em 1º grau no dia 10 de setembro de 2004 pela prática do delito de abandono material que cometeu em 8 de junho do mesmo ano. Recorreu ao Superior Tribunal de Justiça. Após conclusão ao relator, o julgamento do aludido recurso foi pautado para o dia 19 de dezembro de 2004. No dia 20 de novembro de 2004, é novamente condenado, desta vez pela prática do delito de tráfico ilícito de entorpecentes ocorrido em 2 de setembro de 2004. Na sentença condenatória pelo segundo crime, o juiz reconheceu agravante da reincidência e fixou a pena em três anos e seis meses de reclusão, a ser cumprida em regime fechado. Quanto à circunstância de aumento da pena reconhecida na segunda condenação, o magistrado julgou corretamente.

(B) Na hipótese da infração penal culposa, é irrelevante o montante da pena privativa da liberdade aplicada na sentença condenatória para que o juiz possa substituí-la por sanção penal alternativa.

(C) Ao condenado reincidente a uma pena privativa da liberdade não superior a quatro anos, é vedado ao juiz substituí-la por sanção restritiva de direitos e/ou multa.

(D) A desinternação ou liberação da pessoa submetida à medida de segurança será sempre condicional, podendo ser restabelecida se o agente, antes do recurso de dois anos, praticar fato indicativo de sua periculosidade.

(E) Quando concedida reabilitação ao condenado, extinguem-se todos os efeitos da sentença condenatória, desde que observados os requisitos para sua concessão.

17. Indique a alternativa **correta**.

(A) O fato de o agente ter capacidade civil plena a partir dos 18 anos de idade não impede que, aos condenados que possuam, na data do fato, mais de 18 anos e menos de 21 anos de idade, ocorra a redução pela metade do prazo prescricional, assim como o reconhecimento de circunstância atenuante.

(B) A extinção da punibilidade de crime que é pressuposto, elemento constituído de outro delito, não se estende a este.

(C) O perdão, se concedido por um dos ofendidos, inviabiliza o direito de ação dos demais.

(D) Para que a renúncia se constituía em causa extintiva da punibilidade, no juízo comum, é prescindível que o ofendido a aceite.

(E) Nos crimes de sonegação fiscal, a anistia tributária extingue a punibilidade.

18. Indique a alternativa **correta**.

(A) Em se tratando da hipótese de imunidade material relativa em delitos contra o patrimônio, está-se diante da exigência de condição de procedibilidade para o exercício da ação penal.

(B) A ocorrência de crimes contra o patrimônio, tendo como sujeito ativo e passivo irmãos, autoriza a incidência de escusa absolutória ou imunidade material absoluta, desde que sem violência ou grave ameaça à pessoa.

(C) São circunstâncias que qualificam e majoram a pena, respectivamente, dos delitos de furto e roubo, a prática de escala, o concurso de duas ou mais pessoas e a subtração de veículo automotor que venha a ser transportado para outro estado ou exterior.

(D) O delito de apropriação indébita tem sua pena majorada quando o agente exercer posse ou detenção sobre a coisa recebida da vítima em razão de depósito voluntário.

(E) O delito de estelionato na modalidade de fraude área o recebimento de indenização ou valor de seguro é material, e consuma-se no momento em que o agente destrói ou oculta coisa com o intuito de haver indenização ou valor de seguro.

19. Indique a alternativa **correta**.

(A) Clemente, funcionário da Secretaria Estadual da agricultura, insere dados falsos no sistema informatizado do aludido órgão público, com o fim de obter vantagem econômica ilícita, para si. Em vista dessa conduta, cometeu o delito de estelionato.

(B) Marcondes, chefe de setor da Secretaria Estadual da Fazenda, compadecido com a situação familiar de seu subordinado Florindo, deixa de responsabilizá-lo em virtude do cometimento de uma infração no exercício do cargo. Neste caso, Marcondes cometeu o delito de prevaricação.

(C) Quando cometido o delito de peculato, nas suas formas previstas, se houver a reparação do dano integralmente pelo funcionário público, o juiz declarará extinta a punibilidade.

(D) Quando ao delito de corrupção passiva, a não identificação do corruptor impede a punição do corrupto, apesar de a absolvição do primeiro implicar a absolvição do segundo.

(E) Entre os crimes praticados por funcionários público contra a administração pública em geral e os crimes praticados por partícipes contra a administração em geral, previstos nos Capítulos I e II, respectivamente, o Título XI, do Código Penal, encontra-se exceção à teoria unitária ou monista no que se refere ao concurso de pessoas.

20. Indique a alternativa **correta**.

(A) Anacleto é devedor de Péricles no montante de R\$ 20.000,00, porquanto emitiu em favor deste uma nota promissória vencida e não paga. O credor, indignado com o fato, telefona ao devedor exigindo o pagamento. No decorrer do diálogo, afirma que, se Anacleto não efetuar o pagamento até o dia seguinte, irá matá-lo. Na hipótese, não se configurou o crime de extorsão.

(B) Sebastião, conhecido falsário, adquire uma máquina extremamente moderna e passa a falsificar cédulas de R\$ 10,00, na quantia total de R\$

2.000,00. De posse dessas cédulas, dirige-se até a Loja X e efetua a compra de um televisor, utilizando o dinheiro falsificado para pagamento á vista da mercadoria. O proprietário do estabelecimento, horas mais tarde, percebe que as cédulas emitidas por Sebastião são falsas e comunica o fato à polícia. Por meio de perícia, a autoridade policial apura que a falsificação praticada por Sebastião é grosseira, mas apta a ludibriar. Nesse caso, o delito perpetrado por Sebastião, consoante entendimento sumulado, é daqueles contra fé pública, consistente em falsificar e introduzir na circulação moeda falsa.

(C) O adultério é infração penal prevista no capítulo dos crimes contra a família.

(D) Entre os crimes contra a incolumidade pública, são hediondos o atentado contra a segurança de transporte marítimo, fluvial ao aéreo e o envenenamento de água potável ou substância alimentícia ou medicinal.

(E) A conduta de devassar o sigilo de proposta apresentada em procedimento licitatório constitui crime de violação de correspondência tipificado no artigo 151 do Código Penal.

21. Indique a alternativa **correta**.

(A) As condutas tipificadas como crime de tortura na Lei n.º 9.455/97 devem ser perpetradas por agentes públicos, admitindo-se a imputação de delitos desta natureza a particulares na hipótese de concurso de pessoas com funcionários públicos.

(B) Aquele que se omite em face das condutas tipificadas na Lei n.º 9.455/97, que define os crimes de tortura, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, será autor de crime omissivo impróprio ou comissivo por omissão, invocando-se, para a sua tipificação, o artigo 13, parágrafo 2º, do Código Penal.

(C) Aquele que se omite diante de alguma das condutas tipificadas na Lei n.º 9.455/97, que estabelece os crimes de tortura, quando tinha o dever de evitá-la, sofrendo a vítima, dolosa ou culposamente, incapacidade para as ocupações habituais por mais de 30 dias, responderá pelo delito de lesões corporais de natureza grave.

(D) Segundo expresso em lei, o crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia, configurando-se quando a vítima for constrangida, mediante o emprego de grave ameaça, para provocar omissão de natureza criminosa.

(E) O delito de tortura terá sua pena majorada, conforme previsto na Lei n.º 9.455/97, que o tipifica, se cometido contra vítima menor de 18 anos ou maior de 60 anos de idade na data do fato, bem como se praticado com o emprego de arma.

22. Indique a alternativa **correta**.

(A) Os delitos estabelecidos no Estatuto do Idoso (Lei n.º 10.741/03) são de ação penal pública incondicionada, e, quando contra patrimônio, aplicam-se-lhes as imunidades materiais previstas no Código Penal alusivas a infração desta natureza.

(B) os delitos previstos na Lei n.º 10.826/03, que dispõe sobre o registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas, define crimes e dá outras providências, são de ação penal pública condicionada e, no que concerne ao crime do artigo 13 da aludida Lei, (“Deixar

de observar as cautelas necessárias para impedir que menores de 18 anos ou pessoa portadora de deficiência mental se apodere de arma de fogo que esteja sob sua posse ou que seja de sua propriedade”), não é delito de forma livre.

(C) é isento de pena o agente, em razão de dependência, ou sob o efeito de substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica proveniente de caso fortuito ou força maior, era, ao tempo da ação, qualquer que tenha sido a infração penal praticada inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato.

(D) Quanto aos delitos previstos na Lei n.º 9.605/98, que dispõe sobre os crimes ambientais, são de ação penal pública incondicionada, e, quando de menor potencial ofensivo, para o oferecimento de proposta de transação penal, deve ser exigido que o agente feito a prévia composição do dano ambiental.

(E) Quanto aos delitos de homicídio culposo e lesões corporais culposas, ambos na direção de veículo automotor, são de ação penal pública condicionada à representação da vítima, havendo previsão de majorante de pena quando praticados na faixa de pedestres ou na calçada.

23. Indique a alternativa **correta**.

(A) Para fins de remição da pena, é possível computar o período de trabalho interno ou externo realizado pelo apenado, subsistindo o benefício ainda que ocorra acidente de trabalho. Ademais, a remição deve ser computada para fins de livramento condicional e indulto.

(B) Apenados que cumprem pena em regime fechado e semi-aberto poderão ter deferido o benefício da saída temporária.

(C) A prática de fato definido como crime pelo apenado constitui falta grave e o submeterá a regime disciplinar diferenciado. Para tanto, é dispensável a prévia oitiva do Ministério Público e do defensor.

(D) A classificação dos apenados, quando da execução das penas, é feita pela Comissão Técnica de Classificação, que tem atribuições para elaborar programa individualizador da pena privativa da liberdade e restritiva de direitos e pode propor progressões e regressões de regime carcerário.

(E) O trabalho externo é vedado aos apenados que cumprem pena em regime fechado decorrente da condenação por crime hediondo.

24. Malaquias das Cruzes, residente na cidade de Xaxim, possui um estabelecimento comercial que explora atividades intermediando a compra e venda do látex extraído de seringueiras. No dia 05 de maio de 2006, um de seus estabelecimentos foi invadido à noite e dele foram subtraídos um computador e diversos cheques de vultosa quantia. Malaquias teve sérias suspeitas de que o autor do furto foi seu ex-empregado Mariondes Nogueira, recém demitido, e que propôs uma ação na Justiça do Trabalho contra sua empresa. No dia 10 de maio de 2006, Malaquias foi entrevistado pelo jornal A Hora, de Xaxim, para se pronunciar acerca do furto em sua empresa. No dia seguinte, o aludido jornal publicou texto contendo inteiro teor de entrevista concedida por Malaquias, com as seguintes palavras “Não vou efetuar maiores considerações. Entretanto, se fatos semelhantes continuarem a acontecer, vou fechar minhas empresas e investir em outro local. Quanto a meu ex-funcionário Mariondes Nogueira, não é uma pessoa honesta”.

Considerando que as afirmativas proferidas por Malaquias em relação a Mariondes foram efetuadas com o dolo de ofender a honra e publicadas literalmente no aludido Jornal, é correto afirmar que

- (A) o crime cometido pe uma calúnia, comporta exceção da verdade e a natureza da ação pena, neste caso, é privada.
- (B) o delito perpetrado é uma injúria, não comporta exceção da verdade e a natureza da ação penal é privada, podendo ser praticado inclusive contra os mortos pelo meio em que foi veiculado.
- (C) o delito cometido é uma difamação, comporta retratação e exceção da verdade, não havendo tipicidade quando cometido contra os mortos.
- (D) a ação penal terá natureza privada ou pública condicionada à representação, e o crime perpetrado é formal.
- (E) a infração penal praticada encontra-se no Título dos Crimes contra a Pessoa do Código Penal, por isso, a ação penal é pública incondicionada e inadmite perdão judicial.

25. Aponte a alternativa **correta**.

- (A) Aquele que vende, expõe à venda, adquire, oculta ou tem em depósito, para fins de comércio, original ou cópia de programa de computador, devendo ter ciência de que é produzido com violação de direito autoral, comete o delito de receptação estabelecido no artigo 180, parágrafo 1º, Código Penal, que abrange as aludidas condutas praticadas no exercício de atividade comercial.
- (B) Em se tratando de crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor, constitui efeito da condenação a perda do cargo ou função pública, para o servidor público, e a suspensão do funcionamento do estabelecimento particular, prescindindo-se da declaração destes efeitos na sentença.
- (C) Para o exercício da ação penal em decorrência do cometimento do crime consistente em negar a alguém, sem justa causa, por motivos derivados de sua deficiência física, emprego ou trabalho, é dispensável a representação da vítima.
- (D) A conduta de dirigir, sem a devida habilitação, embarcação a motor em águas públicas constitui crime.
- (E) Ao loteador é facultado o comércio de terreno, sem que constitua infração penal, bastando ter protocolizado pedido para a implantação de loteamento e incorporação do imóvel na Prefeitura Municipal do local da obra.

GRUPO I – B – DIREITO PROCESSUAL PENAL

26. Em relação à apelação regulamentada pelo Código de Processo Penal, é correto afirmar que

- (A) deverá ser interposta no prazo de cinco dias, por petição oi termo nos autos. Suas razões, obrigatoriamente, deverão acompanhar o ato de interposição, sob pena de não-conhecimento do recurso. Trata-se de recurso que possui efeito devolutivo, suspensivo, regressivo e sempre prevalecerá sobre o recurso em sentido estrito, ainda que somente de parte da decisão se esteja recorrendo.

(B) é o recurso adequado sempre que, no curso de processo criminal de competência do juiz singular ou do tribunal do júri, for proferida decisão que envolva análise de mérito, independente da fase do procedimento, já que esse tipo de mandamento judicial não admite qualquer outra forma de insurgência.

(C) é recurso cabível, entre outras situações, contra sentenças condenatórias e, de regra, contra decisões absolutórias, embora, neste último caso, haja exceção no curso do procedimento dos crimes dolosos contra vida. Nem sempre prevalece sobre o recurso em sentido estrito, dando lugar ao manejo deste último recurso quando se trata de decisões definitivas ou com força de definitivas em relação às quais haja expressa precisão de seu cabimento.

(D) possui efeito devolutivo e não possui efeito regressivo. Quando ingressada contra sentença condenatória, não possui efeito suspensivo, apenas presente esse efeito quando a decisão apelada for sentença absolutória, própria ou imprópria.

(E) será interposta no prazo de dez dias, a contar de intimação. O prazo para interposição é comum a ambas as partes. Não admitem termo nos autos, podendo ser deduzida unicamente, por petição. Quando às razões, serão apresentadas no prazo de oito dias, salvo em se tratando de contravenções penais, cujo prazo será de três dias.

27. Considere a seguinte situação hipotética:

X, desejando, por vingança, matar **A**, **B** e **C**, aproveita-se do momento em que estes atravessam determinada via pública e, deliberadamente, conduzindo veículo de sua propriedade, avança sobre eles, causando-lhes a morte instantânea. Denunciado e processado por triplo homicídio qualificado (motivo torpe e utilização de recurso que dificultou a defesa das vítimas), é pronunciado e submetido a julgamento pelo tribunal do júri. Por ocasião da votação dos quesitos, reconhecem os jurados as duas qualificadoras argüidas na denúncia em relação à vítima **A**. Relativamente às vítimas **B** e **C**, é **X** também condenado, tendo reconhecida contra si, porém, apenas uma das qualificadoras imputadas. Em consequência, na dosimetria das penas, assim as fixou o juiz : 19 anos em relação ao homicídio contra **A** e 15anos para cada uma dos crimes caracterizado na espécie, do que resultou pena final total superior a vinte anos de reclusão. Inconformado e desejando recorrer, poderá o réu **X**

(A) tão-somente apelar de todas as condenações, pois a pena de cada uma delas foi inferior a vinte anos de reclusão, desimportando a circunstância de o concurso formal próprio de o concurso formal próprio, operado na espécie, impondo a exasperação da reprimenda mais alta, tornar pena final total superior a vinte anos de reclusão.

(B) tão-somente apelar de todas as condenações, já que para cada uma delas foi fixada reprimenda inferior a vinte anos, desimportando a circunstância de o concurso formal impróprio, detectado na hipótese, acarretar, pela soma de todas as penas, total final superior a vinte anos.

(C) optar entre apelar ou protestar por novo júri em relação a todos os homicídios. É que, a despeito de ter sido, para cada crime, fixada pena inferior a vinte anos, o total final, pela exasperação decorrente do concurso formal impróprio de crimes verificado na espécie, foi superior a esse patamar.

(D) optar entre apelar ou protestar por novo júri em relação a todos os homicídios, pois, apesar de cada um deles ter recebido pena inferior a vinte anos, o total final, pela exasperação decorrente do concurso formal próprio caracterizado na situação narrada, tornou a pena final superior a esse quantitativo.

(E) apelar e protestar por novo júri, simultaneamente, pois a situação em epígrafe trata de evidente hipótese de crime continuado, no qual, exasperada a pena mais alta, resultou total final superior a vinte anos de reclusão.

28. O exame de corpo de delito

(A) deve ser elaborado, em regra, pois dois peritos oficiais. Não havendo peritos oficiais, poderá ser realizado por duas pessoas idôneas, escolhidas, obrigatoriamente, entre as que tiverem habilitação técnica relacionada à natureza do exame e que possuam curso superior. É obrigatório quando se trata de infração que deixa vestígio, não se admitindo, na sua falta, o suprimento por qualquer outro meio de prova.

(B) pode, como regra geral, ser elaborado por um perito oficial. Na ausência, admite-se que seja confeccionado por dois peritos leigos, como tais consideradas pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior, escolhidas, obrigatoriamente, entre as que tiverem habilitação técnica relacionada à natureza do exame. É obrigatório quando se trata de infração que deixa vestígio, muito embora admita suprimento pela confissão do réu.

(C) deve ser realizado por dois peritos oficiais, obrigatoriamente. Na ausência, não se admite seja realizado por peritos leigos, ainda que compromissado, pois isso importaria violação ao princípio processual da oficialidade. Ausentes, porém, peritos oficiais e inviabilizada, em consequência, a perícia, admite-se o suprimento pela prova testemunhal.

(D) deve ser elaborado, regra, por dois peritos oficiais. Não havendo peritos oficiais, poderá se realizado por duas pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior, escolhidas, de preferência, entre as que tiverem habilitação técnica relacionada à natureza do exame. Exceções a esta normatização podem ser apontadas nos laudos preliminares e definitivo de constatação da natureza entorpecente da substância apreendida em poder do indivíduo preso em flagrante, bem como na perícia realizada previamente ao recebimento da queixa-crime, nos crimes contra a propriedade imaterial de ação penal privativa, casos em que se admite a elaboração dos referidos laudos por apenas um *expert*.

(E) deve ser elaborado, em regra, por dois peritos oficiais. Não havendo peritos oficiais, poderá ser realizado por duas pessoas idôneas, portadoras de curso superior, escolhidas, de preferência, entre as que tiverem habilitação técnica relacionada à natureza do exame. Exceções a essa regra podem ser apontadas no laudo de constatação (preliminar) da natureza entorpecente da substância apreendida em poder do indivíduo preso em flagrante, bem como na perícia realizada previamente ao recebimento da denúncia, nos crimes contra a propriedade imaterial de ação penal pública, casos em que se admite a elaboração dos referidos laudos por apenas um *expert*.

29. Em relação à prova testemunhal, é correto afirmar que

(A) toda a pessoa é capaz de ser testemunha. Menores de quatorze e doentes mentais, assim como o cônjuge do réu, ainda que dele separado judicialmente, seus ascendentes ou descendentes em qualquer grau e parentes por afinidade em linha reta estarão dispensados de prestar compromisso.

(B) apenas podem ser testemunhas pessoas isentas, ou seja, sem qualquer relação com qualquer das partes. Pessoas que souberem do fato em razão da função, profissão, ofício ou ministério, sempre estarão proibidas de prestar depoimento.

(C) o depoimento da testemunha será prestado oralmente, sendo vedado trazê-los por escrito. Exceção a essa regra, contudo, existe em relação aos prefeitos, governadores, deputados estaduais e federais, juízes, secretários e ministros de estado, para os quais faculta a lei a possibilidade de optarem entre a prestação de depoimento oral, ou, então, seu encaminhamento por escrito ao juiz, via ofício, respondendo a perguntas que lhes tenham sido previamente encaminhadas.

(D) quando a testemunha residir fora da jurisdição do juiz, deverá ser ouvida por precatória. Da expedição desta, deverão ser intimadas as partes, assim como da data da audiência no juízo deprecado, sob pena de nulidade. Eventual descumprimento, pelo juízo deprecado, do prazo fixado pelo juízo deprecante para a devolução da carta precatória importa em negativa de jurisdição e impede o prosseguimento normal do processo criminal.

(E) estão dispensados, consoante regulamentação do Código de Processo Penal, de prestar compromisso, o amigo íntimo e o amigo capital de qualquer das partes, assim como quem responda a processo criminal por fato análogo ao que é objeto do processo criminal no qual arrolado para depor.

30. Considere as seguintes afirmações, em relação ao *incidente de insanidade mental*, assinalando, após, a alternativa pertinente.

I – É cabível sua instauração tanto na fase policial quanto na fase judicial. Instaurado na fase processual, importa em suspensão do processo, sem prejuízo da realização das provas consideradas urgentes. Instaurado na fase do inquérito, não impede a tramitação normal do procedimento policial e prosseguimento das investigações.

II – Pode ser instaurado pelo juiz, de ofício ou mediante requerimento do Ministério Público, do defensor, do curador, do ascendente, descendente, irmão ou cônjuge do acusado. Pode o juiz ordená-lo, também, mediante representação da autoridade policial na fase do inquérito.

III – Concluindo os peritos que a doença mental sobreveio à infração penal, o juiz, homologando o laudo, deverá determinar que o processo criminal fique suspenso, até que se restabeleça o acusado. Nesse período, porém, não correrá a prescrição e poderão ser produzidas provas em relação às quais haja risco de perecimento.

IV – Concluindo o incidente no sentido de que a insanidade mental (total ou parcial) preexistia à época de infração penal, o juiz, homologando o laudo, deverá determinar que o processo criminal permaneça suspenso, até que se restabeleça o acusado ou ocorra a prescrição, cuja fluência não fica suspensa ou interrompida em razão dessa circunstância.

Em relação às afirmativas acima, **estão corretas apenas as alternativas**

- (A) I, III e IV.
- (B) I, II, III.
- (C) I, II e IV.
- (D) I e II.
- (E) III e IV.

31. Considere as seguintes afirmações em relação à competência *ratione personae*, assinalando, após, a alternativa pertinente.

I – Cometido o crime durante o exercício funcional, prevalece a competência especial por prerrogativa de função, ainda que o inquérito ou a ação penal sejam iniciados após a cessação daquele exercício, desimportando, outrossim, se o crime cometido possui ou não relação com a função antes exercida.

II – Cometido o crime durante o exercício funcional, prevalece a competência especial por prerrogativa de função apenas em relação aos atos administrativos do agente, ainda que o inquérito ou a ação judicial sejam iniciados após a cessação do exercício da função pública.

III – cessado o exercício funcional, não se mantém o foro privilegiado por prerrogativa de função, desimportando seja o ato praticado um ilícito penal ou ato decorrente do exercício funcional.

IV – A competência constitucional do tribunal do júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente por constituições estaduais. Não haverá, porém, essa prevalência caso o foro privilegiado tenha sido estabelecido pela Constituição Federal.

V – A competência constitucional do Tribunal do Júri sempre prevalecerá sobre o foro por prerrogativa de função, independente tenha sido estabelecido por força da Constituição Federal, das constituições dos estados ou de legislação infraconstitucional.

Estão corretas apenas as alternativa

- (A) I e IV.
- (B) I e V
- (C) III e IV
- (D) III e V.
- (E) III e IV.

32. É correto afirmar, em relação ao inquérito policial, que

(A) pode ser arquivado pelo próprio Delegado de Polícia, sem encaminhamento ao juízo, quando ficar evidente não constituir o fato investigado infração penal (hipótese de atipicidade).

(A) pode ser arquivado pelo próprio Delegado de Polícia, sem encaminhamento ao juízo, quando ficar evidente não constituir o fato investigado infração penal (hipótese de atipicidade).

(B) deve o Delegado de Polícia, por ocasião de interrogatório do investigado, observar as mesmas regras previstas no Código de Processo Penal para o interrogatório judicial do acusado.

(C) será concluído mediante relatório, no qual devesse constar minuciosa narrativa do que houver sido apurado. Nesse momento, constatando o Delegado de Polícia a possibilidade de ter agido o investigado ao abrigo de excludentes de ilicitude, deve mencionar essa circunstância, externando, a respeito, sua opinião pessoal, a qual, contudo, não vinculará o Ministério Público.

(D) depois de ordenado o seu arquivamento pelo juiz, apenas poderá a autoridade policial proceder a novas investigações sobre o mesmo fato se os elementos que a motivarem traduzirem-se como provas substancialmente novas, ou seja, provas que não eram conhecidas anteriormente.

(E) deverá ser concluído no prazo de quinze dias se investigado estiver solto, e em cinco, se estiver preso.

33. O procedimento especial previsto no Código de Processo Penal para os crimes praticados por funcionários públicos, impondo a notificação do acusado para a defesa preliminar antes do recebimento da inicial acusatória, é aplicável.

(A) tanto aos crimes funcionais próprios como aos impróprios, exigindo-se, porém, que sejam delitos afiançáveis e que o agente seja um funcionário público ou a ele equiparado no exercício de função pública.

(B) apenas aos crimes funcionais próprios afiançáveis. A ausência dessa notificação prévia é causa de nulidade processual, salvo se já tenha sido o acusado, antes, ouvido a respeito em procedimento policial regularmente instaurado.

(C) apenas aos crimes funcionais impróprios afiançáveis. Uma vez desacolhida a defesa preliminar eventualmente oferecida e recebida a denúncia, o procedimento de apuração será idêntico ao rito comum ou ordinário.

(D) aos crimes funcionais próprios ou impróprios, afiançáveis ou inafiançáveis. A ausência dessa notificação importará em nulidade relativa, sujeita à convalidação se não for argüida em momento oportuno.

(E) apenas aos crimes funcionais próprios, sejam afiançáveis ou inafiançáveis. A ausência dessa notificação prévia é causa de nulidade absoluta, e, portanto, insanável, já que acarreta violação dos princípios constitucionais da ampla defesa e do devido processo legal.

34. Considere as seguintes afirmações, assinalando, após a alternativa correspondente.

I – O não-recebimento da denúncia é atacável mediante recurso em sentido escrito.

II – É cabível apelação contra a decisão do Magistrado do Juizado Especial Criminal que rejeitar a denúncia.

III – O recebimento da denúncia é impugnável por *habeas corpus*, desde que o crime imputado seja punido, abstratamente, com pena privativa da liberdade.

IV – Do recurso interposto pelo Ministério Público contra a decisão que rejeitar a denúncia, é desnecessária a intimação do réu para contra-arrazoar, bastando, para tanto, que seja nomeado defensor dativo para esse fim.

Das alternativas acima, estão corretas apenas

- (A) I, II e III
- (B) II, III e IV
- (C) I, II e IV
- (D) I e III
- (E) I, III e IV

35. Considere as seguintes afirmações em relação à regulamentação dos Juizados Especiais Criminais pela Lei n.º 9.099/95, assinalando, após, a alternativa pertinente.

I – O Juizado Especial Criminal tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, como tal consideradas as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa, não havendo qualquer restrição quanto à existência de procedimento especial previsto em lei para a respectiva apuração.

II – O Juizado Especial Criminal tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, como tal consideradas as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a um ano, excetuados os casos em que a lei preveja procedimento especial.

III – Na reunião de processos, perante o juízo do júri, em decorrência da aplicação das regras de conexão e continência, envolvendo um crime de competência do Juizado Especial Criminal e outro de competência do tribunal do júri, não poderá ser facultado, em relação ao primeiro, o instituto da transação penal.

IV – Na reunião de processo, perante o juízo do júri, em decorrência da aplicação das regras de conexão e continência, envolvendo um crime de competência do Juizado Especial Criminal e outro de competência do tribunal do júri, observar-se-ão, em relação ao primeiro, os institutos da transação pena (desde que preenchidos os requisitos legais) e da composição civil.

V – Em relação à comarca, a competência do Juizado será determinada, em regra, pelo lugar em que foi praticada a infração penal.

Estão corretas apenas as afirmativas

- (A) I, III e V.
- (B) II, IV e V
- (C) I, IV e V
- (D) I e III
- (E) II e III

36. Em relação à ação penal, assinale a **afirmativa correta**.

(A) A perempção é instituído próprio da ação penal privada, passível de ocorrer tanto na ação penal privada exclusiva como na ação penal privada subsidiária da pública.

(B) O prazo do Ministério Público para oferecimento de denúncia é impróprio, o que significa que o escoamento não acarreta preclusão, podendo a denúncia ser oferecida em qualquer tempo, desde que antes da extinção da punibilidade.

(C) Intentada ação penal privada subsidiária da pública em face da inércia do Ministério Público em oferecer denúncia no prazo legal, não poderá o promotor de justiça, posteriormente, aditar a ação penal para inclusão de figura típica não mencionada na inicial ou de eventual envolvido que dela não faça parte.

(D) Se o Ministério Público, diante de inquérito policial que tenha indiciado o indivíduo por mais de um crime, pede o arquivamento apenas em relação a um destes delitos, opera-se em relação ao remanescente o chamado arquivamento implícito, que produz os mesmos efeitos do arquivamento expresso, impedindo, inclusive, o ajuizamento de ação penal privada subsidiária da pública em relação ao crime omitido na manifestação ministerial.

(E) Tratando-se de crime de competência originária do tribunal de Justiça, neste deverá ser deduzida e recebida a denúncia ou queixa-crime porventura ajuizada. Tratando-se, porém, de arquivamento, poderá ser promovido diretamente perante o juiz de direito da comarca onde ocorreu o fato, pois não existe, para esse fim (homologação de arquivamento), o chamado privilégio de foro.

37. Considere a seguinte situação: Sendo **X** julgado pelo tribunal do júri, foi ele absolvido pelo Conselho de Sentença sob o fundamento de que teria agido em legítima defesa. Inconformado, interpôs o Ministério Público, tempestivamente, apelação, fundamentando-se, unicamente, no artigo 593, inciso III, alínea “d”, do Código de Processo Penal (decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos). Recebido o recurso e intimado o promotor de justiça para oferecer razões, apresentou-se, alegando, porém, como tese, além da tese da interposição, a circunstância de que teria ocorrido nulidade absoluta posterior à pronúncia (artigo 593, inciso III, alínea “a”). Neste contexto, é coreto afirmar que a apelação

(A) não poderá ser conhecida pelo tribunal, devendo o relator indeferir a *in limine*, em face da inépcia decorrente da desconformidade entre o fundamento da interposição e um dos fundamentos das razões.

(B) poderá ser conhecida pelo tribunal, o qual, se assim o entender, poderá provê-la não apenas pelo fundamento da interposição (art. 593, III, “d”) e pelo fundamento acrescido nas razões (art. 593, III, “a”), como por qualquer outro motivo (art. 593, III, alíneas “b” e “c”), já que o recurso do Ministério Público devolve à Segunda Instância o conhecimento integral da matéria decidida.

(C) poderá ser conhecida pelo tribunal, o qual, se assim o entender, poderá provê-la, ao somente, pelo fundamento da interposição (art. 593, III, “d”) e pelo fundamento acrescido nas razões (art. 593, III, “a”), sendo vedado o provimento por qualquer outro motivo (art. 593, III, alíneas “b” e “c”), já que o recurso do Ministério Público devolve à Segunda Instância apenas o que foi alegado no respectivo recurso.

(D) poderá ser conhecida pelo tribunal, o qual, se assim o entender, poderá provê-la pelo fundamento da interposição (art. 593, III, “d”). Tratando-se, porém, de nulidade absoluta aquela ventilada pelo promotor nas razões, poderá o tribunal, eventualmente, reconhecê-la. Neste caso, contudo, não estará o juízo *ad quem* anulado o processo por força do recurso do Ministério

Público (que não possui devolução integral), mas, sim, em razão da circunstância de que, nulidades absolutas são insanáveis e podem ser declaradas de ofício em qualquer caso.

(E) poderá ser conhecida pelo tribunal, o qual, se assim, o entender, poderá provê-la, unicamente, pelo fundamento da interposição (art. 593, III, “d”), já que a apelação das decisões do júri, conforme entendimento do STF, é restrita aos fundamentos de sua interposição. Quando à tese da nulidade, ainda que absoluta (alínea “a”), não poderá, no caso apresentado, ser considerada e nem tampouco declarada ex officio pelo Tribunal de Justiça.

38. Em relação aos vícios que podem macular um determinado ato jurídico, é correto afirmar, na esteira do entendimento doutrinário e jurisprudencial dominante, que

(A) é absoluta a nulidade decorrente da inobservância dos critérios de prevenção.

(B) é absoluta a nulidade decorrente do equívoco na capitulação do fato descrito na denúncia.

(C) é inexistente a sentença proferida por juiz em relação ao qual, no momento de sua prolação, incidia motivo legal de impedimento.

(D) é inexistente a sentença proferida por magistrado em relação ao qual, no momento de sua prolação, incidia causa legal de suspeição.

(E) é absoluta a nulidade decorrente do eventual conflito entre a defesa técnica (tese do advogado) e a autodefesa (tese do réu), operando-se, nesse caso, presunção *jure et jure* de prejuízo.

39. Por prisão provisória compreendem-se as formas de restrição da liberdade individual que ocorre previamente ao trânsito em julgado da sentença condenatória. Em relação às respectivas modalidades, assinale a **alternativa correta**.

(A) No caso do flagrante, nas 24 (vinte e quatro) horas seguintes à lavratura do auto de prisão, será dada ao preso nota de culpa assinada pela autoridade, com o motivo da prisão, o nome do condutor e os das testemunhas, sob pena de não-homologação pelo juiz.

(B) Na esteira do entendimento jurisprudencial dominante, em especial no Superior Tribunal de Justiça, é inconstitucional a exigência de prisão provisória como condição para apelar, pois importa em violação ao princípio constitucional da presunção de inocência.

(C) O juiz, conforme posição doutrinária e jurisprudencial majoritária, pode, ao condenar o réu que se encontra em liberdade, determinar a sua prisão como condição para recorrer, fundamentando essa privação apenas nos maus antecedentes policiais e/ou judiciais.

(D) Na hipótese de flagrante, apresentado o preso à autoridade competente, ouvirá esta o condutor e colherá, desde logo, sua assinatura, entregando a este cópia do termo e recibo de entrega do preso. Em seguida, procederá à oitava das testemunhas que o acompanharem e ao interrogatório do acusado sobre a imputação que lhe é feita, colhendo, após cada oitava, suas respectivas

assinaturas, lavrando a autoridade, apenas ao final, o respectivo auto de prisão em flagrante.

(E) A gravidade em abstrato do delito, aliada ao clamor social que tiver provocado, é motivo suficiente para a decretação da prisão preventiva do acusado.

40. Com relação ao procedimento dos crimes dolosos contra a vida, segundo entendimento dominante na jurisprudência pátria, assinale a **alternativa correta**.

(A) Prolata a sentença condenatória ou absolutória pelo tribunal do júri, fica superada, em eventual apelação, a alegação de excesso de linguagem na pronúncia.

(B) Havendo, nos autos, comprovação de que, ao tempo do fato, o acusado era apenas parcialmente capaz de entender o caráter ilícito de seu comportamento, não poderá o juiz pronunciá-lo.

(C) A absolvição sumária é instituto que pode ser aplicado tanto ao crime doloso contra a vida como em relação a conexos que não sejam de competência originária do tribunal do júri, desde que reconhecida, inequivocamente, a existência de causa que exclua o crime ou isente o réu de pena.

(D) A impronúncia do acusado, por falta de indícios de autoria ou de materialidade do fato, acarreta o arquivamento do processo. Possível, porém, que seja este desarquivado caso surjam novas provas que autorizem a pronúncia antes da prescrição.

(E) A desclassificação para crime não-doloso contra a vida e conseqüente remessa do feito ao juízo comum é decisão apelável, não comportando o recurso em sentido estrito por expressa falta de previsão legal.

GRUPO II – A – DIREITO CIVIL

41. Quanto ao parcelamento do solo urbano, assinale a **afirmativa correta**.

(A) Vencida e não paga a prestação, o contato particular de promessa de compra e venda de terreno loteado, desde que registrado no Álbum Imobiliário, independentemente de qualquer outra medida, será considerado rescindido de pleno direito.

(B) Nos parcelamentos populares, destinados às classes de menor renda, em imóvel declarado de utilidade pública, com processo de desapropriação judicial em curso e imissão provisória da posse, promovido por pessoa jurídica de direito público interno ou suas entidades delegadas, autorizadas por lei a implantar projeto de habilitação o correlativo registro pode ser implementado com dispensa do título de propriedade.

(C) Desde a definição pelo Município das diretrizes para uso do solo relativas ao projeto de loteamento, passam a integrar a propriedade da referida pessoa jurídica de direitos públicos interno as vias e as praças, os espaços livres e as áreas destinadas e edifícios públicos e outros equipamentos urbanos constantes do projeto e memorial descritivo.

(D) A infra-estrutura básica dos loteamentos situados nas zonas habitacionais declaradas por lei de interesse social, consistirá, no mínimo, de vias de

circulação e de redes para abastecimento de água potável e energia elétrica domiciliar.

(E) Aprovado o projeto de loteamento, o loteador pode iniciar a comercialização dos terrenos.

42. Quanto à posse, é **correto** afirmar que

(A) o possuidor de boa-fé será, necessariamente, indenizado pelas benfeitorias voluptuárias.

(B) a detenção, à luz do ordenamento jurídico vigente, é conseqüente de degradação anímica, onde o sujeito tem a coisa com mera *affectio tenendi*.

(C) atos de mera permissão ou tolerância caracterizam posse direta.

(D) o possuidor direto, pois tem a coisa em virtude de contrato, não tem proteção possessória contra terceiros.

(E) o reivindicante indenizará o possuidor de boa-fé pelas benfeitorias necessárias e úteis tendo como base para fixação do *quantum* o valor atual destas.

43. Em relação ao registro de imóveis, é **correto** afirmar que

(A) a nulidade de pleno direito do registro não será decretada pelo juiz se atingir terceiros de boa-fé que já tiver preenchidas as condições de usucapião do imóvel.

(B) o Oficial do Registro de Imóveis, se o registro ou averbação for omissa, imprecisa ou não exprimir a verdade, após o imprescindível manejo de ação de retificação por parte do interessado e a conseqüente procedência desta, procederá a retificação correspondente.

(C) os títulos judiciais, tais como as cartas de sentença, formais de partilha e certidões, em razão da sua natureza mandamental, são considerados prioritários para o registro.

(D) o registro e a averbação só poderão ser provocados pelos interessados, incumbindo-lhes as despesas respectivas.

(E) constatada a nulidade de pleno direito do registro, o Oficial do Registro de Imóveis procederá seu cancelamento *ex officio*.

44. No que se refere à prescrição aquisitiva de bem imóvel, é **correto** afirmar que

(A) cada possuidor, no usucapião coletivo previsto no artigo 10, parágrafos, da lei nº 10.257/01, como regra geral, terá direito à fração ideal de terreno localizada, correspondente à dimensão do terreno que cada um ocupe.

(B) se exige, no usucapião extraordinário privilegiado no tempo (artigo 1.238, parágrafo único, do CC/02), em razão de redução do prazo para dez anos, que o possuidor não seja proprietário de imóvel urbano no rural.

(C) o Código Civil de 2002 contempla no seu bojo hipótese de usucapião coletivo.

(D) o usucapião coletivo previsto no artigo 10, parágrafos, da Lei nº 10.257/01 admite a *accessio possessionis* a título singular.

(E) justo título e boa-fé, no usucapião ordinário geral (artigo 1.242, *caput*, do Código Civil), são presumidos de forma absoluta.

45. Quanto ao regime de bens entre os cônjuges, é **correto** afirmar que

- (A) o direito à meação, no regime de participação final nos aqüestos, é renunciável, cessível ou penhorável na vigência do regime matrimonial.
- (B) tanto o marido quanto a mulher, no regime de comunhão parcial de bens, podem, livre e independentemente, prestar fiança.
- (C) a falta de autorização, não suprida pelo juiz, quando necessária, tornará anulável o ato praticado, podendo o outro cônjuge, até dois anos depois terminada a sociedade conjugal, pleitear-lhe a anulação.
- (D) as convenções antenupciais, uma vez formalizadas por escritura pública, independentemente de qualquer outra providência, terão efeito perante terceiros.
- (E) se exclui da comunhão, no regime de comunhão parcial, os bens adquiridos, por título oneroso, na constância do casamento, em nome de um dos cônjuges.

46. Em relação ao Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) é **correto** afirmar que

- (A) se considera outorga onerosa do direito de construir o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo poder público municipal, com a participação dos proprietário, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental.
- (B) o proprietário urbano poderá conceder a outrem o direito superfície do seu terreno, por prazo determinado, mediante escritura pública ou, se o valor do imóvel for inferior a trinta vezes maior salário mínimo vigente no País, or instrumento particular.
- (C) o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), pois instrumento de policia urbana para áreas adensadas, substitui a elaboração e a aprovação do Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA), requeridas nos termos da legislação ambiental.
- (D) a elaboração de plano diretor, com o advento do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), tornou-se providência obrigatória para todos os municípios do País.
- (E) é vedada a concessão de isenções ou de anistia relativas ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) progressivo no tempo.

47. No que diz respeito à sucessão testamentária, é **correto** afirmar que

- (A) o testamento cerrado não pode ser escrito mecanicamente.
- (B) o cego pode fazer testamento hológrafo.
- (C) é válida a disposição testamentária que deixa ao arbítrio de herdeiro, ou de outrem, fixar o valor do legado.
- (D) a cláusula de inalienabilidade, imposta aos bens por ato de liberalidade, implica impenhorabilidade e comunicabilidade.
- (E) as deixas codicilares reclamam escritura pública.

48. Quanto ao matrimônio, é **correto** afirmar que

- (A) o casamento de menor em idade núbil, quando não autorizado por seu representante legal, só poderá ser anulado por iniciativa deste ou do Ministério Público.
- (B) o casamento nupcial pode ser celebrado sem a presença da autoridade à qual incumbe presidir o ato, quando não for possível obtê-la, nem a de seu substituto.
- (C) as causas suspensivas do casamento podem ser argüidas, até o momento da celebração, por qualquer pessoa capaz.
- (D) o casamento pode celebrar-se mediante procuração, por instrumento público ou particular, com poderes especiais.
- (E) o casamento religioso, que atender às exigências da lei para a validade do casamento civil, equipara-se a este, desde que registrado no registro próprio, produzindo efeitos a partir da data do registro.

49. Em relação ao direito das sucessões, é **correto** afirmar que

- (A) o direito à sucessão aberta é tido como coisa imóvel, ainda que o acervo hereditário seja composto exclusivamente de bens móveis.
- (B) a aceitação da herança, que se insere na categoria de ato não receptício, é retratável se não acarretar prejuízo aos credores.
- (C) o direito de representação dá-se na linha reta, descendente e ascendente, sendo a divisão da herança feita por estirpe.
- (D) a declaração da vacância da herança, além de excluir os colaterais, incorpora definitivamente os bens ao patrimônio do Estado.
- (E) é possível, pois preservado o valor do acervo, a conversão dos bens da legítima em outra espécie.

50. No que diz respeito aos alimentos, é **correto** afirmar que

- (A) a obrigação de prestar alimentos não se transmite aos herdeiros do devedor.
- (B) são chamados para assistência alimentar, não havendo parentes em linha reta, ou estando estes impossibilitados de pensionar, os colaterais, até o terceiro grau.
- (C) o cônjuge culpado, assim reconhecido na sentença de separação judicial litigiosa, precisando de alimentos e sem parentes em condições de prestá-los, não possuindo aptidão para o trabalho, fará jus aos alimentos necessários a serem suportados pelo outro cônjuge.
- (D) o direito aos alimentos necessários a serem suportados pelo outro cônjuge.
- (E) o novo casamento do cônjuge devedor extingue a obrigação constante da sentença de divórcio.

51. Quanto à aquisição e perda da propriedade, é **correto** afirmar que

- (A) aquele que semeia, planta ou edifica de boa-fé em terreno alheio pode, necessariamente, em proveito do proprietário, as sementes, plantas e construções, tendo direito à indenização.
- (B) a derrelição é presumida no abandono de bem imóvel quando, cessados os atos de posse, o proprietário deixa de satisfazer os ônus fiscais.

(C) a aquisição, da propriedade de interesses social prevista nos §§ 4º e 5º do artigo 1.228 do Código Civil, para Aperfeiçoar-se, depende do consentimento do proprietário da *res soli*.

(D) avulsão são os acréscimos formados, sucessiva e imperceptivamente, por depósito e aterros naturais ao longo das margens das correntes, ou pelo desvio das águas destas, que passam a propriedade dos donos dos terrenos.

(E) a perda da propriedade imobiliária pela renúncia opera-se, tão-somente, pela lavratura da escritura pública do ato renunciativo.

52. No que toca à responsabilidade civil, é **correto** afirmar que

(A) a absolvição, no juízo penal, por não constituir crime o fato imputado ao réu, exclui também a responsabilidade civil.

(B) o fundamento da responsabilidade do dono ou detentor, na hipótese de dano pelo fato de animais, é exclusivamente subjetiva, centrada no conceito da culpa aquiliana.

(C) o supedâneo da responsabilidade pessoas jurídicas de direito privado é a teoria do risco integral, exigindo-se apenas a realidade do dano.

(D) o ascendente que paga por ato de descendente, absoluta ou relativamente incapaz, tem ação regressiva contra este, o causador direito do evento danoso, com lastro no amplo espectro da teoria do enriquecimento sem causa.

(E) o incapaz responde pelos prejuízo que causar, se as pessoas pr ele responsável não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.

53. No que tange às fundações, é **correto** afirmar que

(A) para crias uma fundação, fará-lhe-á o seu instituidor, por escrito particular subscrito por duas testemunhas ou por testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina.

(B) se os bens forem insuficientes para constituir a fundação, pela impossibilidade material de se concretizar a vontade material do agente, o ato de constituição é declarado nulo.

(C) a promessa do instituidor, que se traduz na dotação de bens ou direitos, possui caráter irrevogável e irrevogável, autorizando a execução específica.

(D) os estatutos da fundação, a fim de preservar os fins objetivados pelo instituidor, não são passíveis de alteração.

(E) se tornando ilícita, impossível ou nociva a finalidade a que visa a fundação, ou vencido o prazo de sua existência, o órgão do Ministério Público, ou qualquer outro interessado, lhe promoverá a extinção, com partilha do acervo entre os membros do Conselho de Administração.

54. Quanto às relações de parentesco, é **correto** afirmar que

(A) o filho maior não pode ser reconhecido sem o seu consentimento, e o menor pode impugnar o reconhecimento, nos quatro anos que se seguirem à maioridade, ou à emancipação.

(B) o parentesco por afinidade limita-se aos ascendentes, aos descendentes e aos colaterais, até o quarto grau, do cônjuge ou companheiro.

- (C) o reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento não pode ser, em linha de princípio, revogado, admitindo-se, no entanto, retratação quando feito por testamento.
- (D) a adoção por ambos os cônjuges ou companheiro poderá ser formalizada, desde que um deles tenha completado trinta anos de idade e já tenha transcorrido cinco anos de casamento ou convivência.
- (E) basta, por parte da mulher, a confissão de adultério ao tempo da concepção para ilidir a presunção da paternidade.

55. No que troca ao usufruto, é **correto** afirmar que

- (A) os frutos naturais, pendentes ao tempo em que casa o usufruto, pertencem ao usufrutuário, sem encargo de pagar as despesas de produção.
- (B) não mais admite o chamado usufruto impróprio, quando não se faz sensível a “*salva rerum substantia*”, mas, sim, a obrigação de restituir o equivalente em gênero, qualidade e quantidade ou por preço já avaliado ou avaliável.
- (C) compete ao proprietário o pagamento de tributos devidos pela posse da coisa usufruída.
- (D) é possível a constituição do usufruto mediante usucapião.
- (E) na hipótese de usufruto conjuntivo, falecendo um dos co-usufrutuários, a regra é a consagração do direito de acrescer em favor dos sobreviventes.

GURPO II – B – DIREITO PROCESSUAL CIVIL

56. Quanto à ação de mandado de segurança, é **correto** afirmar que

- (A) o conceito de direito líquido e certo é um conceito do plano do direito material.
- (B) o contraditório é eventual e não simplesmente diferido.
- (C) a carga eficaz preponderante é, sempre, constitutiva negativa.
- (D) a lei exige, nos casos de direito decorrente, que o terceiro titular desse provoque para agir o titular do direito originário, advindo da omissão desse último em agir a legitimidade para causa do terceiro que se afirma titular de direito decorrente.
- (E) pe necessário, para efetivação da ordem emanada da sentença de procedência, um processo de execução autônomo.

57. Quanto aos pressupostos processuais, assinale a alternativa **correta**.

- (A) A ausência de capacidade para estar em juízo, também conhecida como *legitimatio add causam*, leva à extinção do processo sem julgamento de mérito.
- (B) Defeito atinente à legitimação para o processo leva, nas instâncias ordinárias, à necessidade de diálogo com parte para integração da capacidade para estar em juízo.
- (C) A capacidade para ser parte tem, no plano do direito material, correlato no conceito de capacidade de fato.
- (D) A ausência de capacidade postulatória leva à invalidade do ato processual praticado pelo advogado sem procuração nos autos.
- (E) Só as pessoas, físicas e jurídicas, têm capacidade para se parte.

58. Quanto ao litisconsórcio, assinale a alternativa **correta**.

- (A) Só se verifica no regime especial do litisconsórcio (hipótese de litisconsórcio unitário) o efeito expansivo subjetivo dos recursos.
- (B) No regime simples do litisconsórcio (hipótese de litisconsórcio simples), havendo contestação de um dos consortes, não opera a revelia para nenhum do litisconsortes.
- (C) Todo litisconsórcio necessário pe unitário.
- (D) Litisconsórcio eventual é aquele formado por um número excessivamente grande de consortes.
- (E) Só pode ocorrer o chamado litisconsórcio multitudinário em causas em que o litisconsórcio seja necessário e unitário.

59. Assinale a alternativa **correta**.

- (A) O procedimento comum sumário, na perspectiva da cognição, pode ser classificado como de cognição plena e sumária.
- (B) O procedimento comum ordinário, na perspectiva da cognição, tem cognição parcial e exauriente.
- (C) O procedimento comum sumário pode ser classificado como um plenário rápido, apenas formalmente sumário.
- (D) O plano horizontal da cognição indica um *Standard* de convencimento para o juiz, sendo assunto pertinente, pois, ao direito probatório.
- (E) O procedimento das ações possessórias não admitem antecipação de tutela.

60. Quanto à eficácia de sentença e à tutela jurisdicional, é correto afirmar que

- (A) o terceiro suscetível à eficácia reflexa da sentença legitima-se a participar do processo, querendo, como assistentes simples.
- (B) é um exemplo de eficácia reflexa da sentença a constituição da hipoteca judiciária, independentemente de pedido, mercê da prolação de sentença condenatória.
- (C) a eficácia anexa da sentença pressupõe pedido expresso da parte.
- (D) a eficácia direta da sentença, como ato do Estado, jamais pode alcançar quem não fora parte no processo.
- (E) a tutela inibitória pressupõe, para sua concessão, a prova do dano.

61. Quanto ao cumprimento da sentença que condena ao pagamento da quantia, é correto afirmar que

- (A) a impugnação ao título executivo depende da instauração de processo incidental, ao qual se atribuirá, sempre, efeito suspensivo.
- (B) a incidência da multa de 10% sobre a condenação, para execução definitiva, depende de requerimento expresso do exeqüente.
- (C) a execução deve ser processada, sempre, perante o juízo que julgou a causa no primeiro grau de jurisdição.

(D) ao credor, quando na sentença houver uma parte líquida e outra ilíquida, é lícito promover simultaneamente a execução daquela e, em autos apartados, a liquidação desta.

(E) não mais se admite a objeção de não-executividade como defesa do executado.

62. Em tema de competência, é correto afirmar que

(A) pode o juiz conhecer de ofício da incompetência superveniente.

(B) a competência relativa não se prorroga.

(C) a competência absoluta deve ser alegada por exceção.

(D) o critério para definição de competência objetivo em razão do valor, no sistema do Código de Processo Civil, insere-se no regime da competência absoluta.

(E) a não-alegação, no Direito brasileiro, da competência, absoluta ou relativa, não gera a sua prorrogação.

63. Assinale a alternativa **correta**.

(A) A suspensão imprópria do processo não importa na paralisação de todo o processo.

(B) A suspensão própria do processo não importa na paralisação de todo o processo.

(C) O processo civil brasileiro forma-se por iniciativa da parte e tem impulso, igualmente, pela iniciativa dessa.

(D) Haverá resolução de mérito, segundo o nosso Código de Processo Civil, quando o autor desistir da ação.

(E) Haverá resolução de mérito quando houver abandono da causa.

64. Quanto à antecipação da tutela, assinale a alternativa **correta**.

(A) A antecipação da tutela jamais poderá ser concedida sem a alegação de urgência em promover pela parte.

(B) Se o autor, a título de antecipação de tutela, requerer providência de natureza cautelar, te o juiz que extinguir o processo, remetendo a parte para a via própria.

(C) A concessão da tutela antecipada pode se fundamentar na ausência de defesa consistente por parte do demandado.

(D) Não concedida a antecipação da tutela, tem o juiz que extinguir o processo sem julgamento de mérito.

(E) A antecipação da tutela, com base no art. 273, inc. II, do Código de Processo Civil, não exige, para sua concessão, a verossimilhança das alegações do autor.

65. Quanto aos recursos, assinale a alternativa **correta**.

(A) O juízo a respeito da admissibilidade dos recursos importa na apreciação do mérito recursal.

(B) O mérito do recurso sempre tem a mesma extensão do mérito da causa.

(C) O juízo de mérito acerca do provimento ou desprovimento do recurso pressupõe, sempre, o conhecimento do recurso.

- (D) A *querela nullitatis insanabilis* é uma espécie recursal no Direito brasileiro.
(E) O exame necessário é uma condição de validade das decisões que a ele se submetem no Direito brasileiro.

67. Assinale a alternativa **correta**.

- (A) O agravo retido depende de preparo.
(B) Das decisões interlocutórias caberá agravo na forma retida, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, quando será admitida a sua interposição por instrumento.
(C) Ainda que o julgador de primeiro grau reforme a sua própria decisão à vista de interposição de agravo de instrumento, tem o tribunal de julgar o recurso, dado o princípio da inafastabilidade de jurisdição.
(D) O agravo de instrumento independe de preparo.
(E) Cabe agravo retido da decisão que encerra a fase de liquidação de sentença.

68. Assinale a alternativa **correta**.

- (A) O Direito brasileiro desconhece a categoria das máximas de experiência.
(B) Nosso Código de Processo Civil adotou o sistema do livre convencimento judicial, não sendo exigível do juiz brasileiro fundamentação de suas decisões a respeito do contexto probatório.
(C) A jurisprudência brasileira conhece a aplicação da teoria da carga dinâmica da prova.
(D) O juiz brasileiro só pode ordenar provas de ofício quando houver uma evidente disparidade de forças entre as partes, velando, assim, pela igualdade substancial; do contrário, estará a vulnerar o princípio dispositivo.
(E) O juízo sobre a admissibilidade da prova desconhece a relevância da prova.

69. Assinale a alternativa **correta**.

- (A) Faz coisa julgada a apreciação da questão prejudicial, decidida incidentalmente no processo.
(B) Passada em julgado a sentença de mérito, reputar-se-ão deduzidas e repelidas todas as alegações e defesas, que a parte poderia opor assim ao acolhimento como à rejeição do pedido.
(C) Com a prolação da sentença de mérito, o juiz cumpre e acaba o ofício jurisdicional, nele não podendo mais atuar.
(D) A ausência de reexame necessário, quando exigido em lei, invalida a sentença.
(E) Não há coisa julgada nas relações continuativas (como, por exemplo, nas ações de alimentos).

70. Quanto à intervenção de terceiro, assinale a alternativa **correta**.

- (A) Entre a oposição e a demanda originária existe uma relação de prejudicialidade.
- (B) A denunciação da lide importa na chamada para o processo de todos os devedores solidários.
- (C) A nomeação à autoria é hipótese típica de intervenção voluntária de terceiro.
- (D) O chamamento ao processo coloca o terceiro, chamado ao processo, na condição de assistente do chamante.
- (E) Cabe oposição após a prolação de primeiro grau.

GRUPO III – A – DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRATIVO, IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA , DIREITOS HUMANOS E DIREITO ELEITORAL

71. Sobre as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais, a Constituição Federal de 1988 atribui-lhes

- (A) eficácia plena.
- (B) aplicabilidade limitada.
- (C) aplicabilidade imediata.
- (D) caráter programático.
- (E) caráter institutivo.

72. Deputado federal está sendo investigado por crime doloso contra a vida praticado no exercício do mandato. É correto afirmar que

- (A) será julgado pelo Supremo Tribunal Federal, prorrogando-se a competência do STF mesmo após a extinção do mandato.
- (B) será julgado pelo tribunal do júri.
- (C) o Supremo Tribunal Federal somente pode receber a denúncia se obtiver autorização prévia da Câmara dos Deputados.
- (D) será julgado pelo Supremo Tribunal Federal, que perde a competência se o mencionado parlamentar perder o mandato, sendo os autos encaminhados ao primeiro grau de jurisdição.
- (E) o parlamentar deve renunciar para não ser processado.

73. Sobre o processo legislativo, é correto afirmar-se que

- (A) o veto pode ser expresso ou tácito.
- (B) a promulgação das leis ordinárias ou complementares é ato privativo do Presidente da República.
- (C) o direito de emenda é prerrogativa do órgão legislador, podendo ser exercido sempre que não haja vedação expressa, inclusive nos processos legislativos de conversão das medidas provisórias em lei.
- (D) o silêncio do Presidente da República por 15 dias sucessivos importa em sanção.
- (E) as leis ordinárias e as complementares são aprovadas por maioria simples, presente a maioria absoluta dos membros da casa legislativa.

74. A constituição Federal de 1988 distribui as competências entre os entes federais, sendo que

- (A) é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência.
- (B) compete privativamente à União legislar sobre direitos tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.
- (C) compete privativamente aos Municípios cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.
- (D) é da competência exclusiva da União proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.
- (E) é competência concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios legislar sobre trânsito e transporte.

75. A Constituição Federal de 1988 traz uma ampla declaração de direitos e garantias fundamentais, sendo correto afirmar que

- (A) os direitos e garantias fundamentais têm aplicabilidade imediata e plena.
- (B) é assegurado a todos os cidadãos o duplo grau de jurisdição.
- (C) o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes, são a todos assegurados, seja no processo judicial ou administrativo.
- (D) excepcionalmente se admite no processo criminal a prova ilícita.
- (E) o brasileiro nato ou naturalizado poderá ser extraditado em caso de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.

76. Os tratados internacionais sobre direitos humanos

- (A) são imediatamente recepcionados pela ordem jurídica interna.
- (B) para sua recepção no ordenamento jurídico interno exigem aprovação do Congresso Nacional, por maioria absoluta.
- (C) serão equivalentes às normas constitucionais quando aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
- (D) podem regulamentar matéria reservada à lei complementar.
- (E) serão recepcionados, em qualquer hipótese, como lei ordinária.

77. A Lei n. 8.429/92 dispõe sobre aplicáveis aos agentes públicos por atos de improbidade. Constitui ato de improbidade que importa enriquecimento ilícito

- (A) facilitar ou concorrer por qualquer forma para a incorporação ao patrimônio particular, de pessoa física ou jurídica, de bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º da Lei 8.429/92.
- (B) retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício.
- (C) ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento.
- (D) permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.
- (E) aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível

de ser atingido, ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade.

78. O princípio da proporcionalidade desdobra-se em três elementos, assim identificados:

- (A) igualdade, justiça e proibição de excesso.
- (B) devido processo legal, contraditório e ampla defesa.
- (C) necessidade, adequação e razoabilidade.
- (D) racionalidade, inviolabilidade e reserva de lei.
- (E) liberdade, justiça e propriedade.

79. A Lei n. 9.784/99 estabelece as normas básicas sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Federal direta e indireta, que obedecerá, dentre outros, aos princípios

- (A) da legalidade, gratuidade, subordinação e confiança.
- (B) da finalidade, motivação, unidade e ampla defesa.
- (C) da autoridade, razoabilidade, contraditório e ampla defesa.
- (D) da proporcionalidade, razoabilidade, interesse público e eficiência.
- (E) do contraditório, finalidade, produtividade e boa-fé.

80. A Constituição Federal de 1988 pode ser classificada como uma constituição

- (A) flexível, promulgada e dirigente.
- (B) semi-rígida, outorgada e compromissória.
- (C) rígida, dirigente e costumeira.
- (D) rígida, promulgada e formal.
- (E) sintética, rígida e democrática.

81. A Constituição Federal prevê a ação popular, ação constitucional de natureza cível, para a defesa de interesses de toda a coletividade, sendo que

- (A) o Ministério Público tem legitimação ativa para sua proposição.
- (B) o eleitor com menos de 18 anos não é parte legimitada ativa.
- (C) pessoa jurídica pode propor, desde que demonstre pertinência temática.
- (D) legitimado ativo será apenas o cidadão, comprovada esta condição com o título de eleitor.
- (E) o autor da ação, uma vez proposta, não pode apresentar desistência.

82. O mandado de injunção pode ser impetrado

- (A) por qualquer cidadão diante da falta de norma regulamentadora.
- (B) por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um anos, em defesa de seu membros ou associados.
- (C) pelo interessado, somente pessoa física, na ausência de norma regulamentadora, que torne inviável o exercício de direitos constitucionais.

(D) somente na hipótese de ausência de normas regulamentadoras de direitos inerentes à nacionalidade.

(E) em qualquer hipótese, desde que presente a omissão do legislador, independentemente de qualquer lapso temporal.

83. Sobre a argüição de descumprimento de preceito fundamental é correto afirmar que pode ser proposta

(A) por Prefeito Municipal, contra a lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal.

(B) pelo Ministério Público Federal, atendendo representações de interessados.

(C) por partido político com representação no Congresso Nacional, contra ato normativo anterior à Constituição.

(D) pela Mesa da Câmara Legislativa do Distrito Federal, perante o Superior Tribunal de Justiça.

(E) pelo Presidente do Senado Federal.

84. Em um mandado de segurança da competência originária do Supremo Tribunal Federal foi declarada incidentalmente a inconstitucionalidade de uma lei federal, Nessa situação, é **correto** afirmar que a decisão do Supremo Tribunal Federal

(A) deve ser comunicada ao Senado Federal que, obrigatoriamente, vai suspender a execução da norma declarada inconstitucional.

(B) produz eficácia contra todos e efeito vinculante.

(C) admite a proposição da argüição de descumprimento fundamental.

(D) pode ser acompanhada por órgãos fracionários de outros tribunais, independentemente da argüição de inconstitucionalidade.

(E) permite a reclamação, se um juiz de primeiro julgar constitucional a lei declarada inconstitucional.

85. A ação declaratória de constitucionalidade

(A) pode ser proposta por partido político com representação no Congresso Nacional ou Confederação Sindical de âmbito estadual.

(B) produz eficácia entre as partes e efeitos vinculante.

(C) pode ser proposta contra lei ou ato normativo federal ou estadual.

(D) admite medida cautelar, que não produz efeito vinculante.

(E) exige a presença de controvérsia judicial relevante.

GRUPO III – B – DIREITO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, DIREITO DO CONSUMIDOR, DIREITO AMBIENTAL, DIREITO DIFUSOS E COLETIVOS, DIREITO DO IDOSO E DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

86. Segundo a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Roraima (Lei Complementar nº 003/94), a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Ministério Público, quanto à legalidade, legitimidade e economicidade, aplicação de dotações e recursos próprios e renúncia de receitas, será exercida

- (A) pelo Poder Executivo, mediante controle externo, e pelo Conselho Superior do Ministério Público no sistema de controle interno.
- (B) pelo Poder Legislativo, mediante controle externo, e pelo Conselho Superior do Ministério Público no sistema de controle interno.
- (C) pelo Poder Executivo, mediante controle externo, e pelo Colégio de Procuradores de Justiça no sistema de controle interno.
- (D) pelo poder Legislativo, mediante controle externo, e pelo Colégio de Procuradores de Justiça no sistema de controle interno.
- (E) pelo Poder Legislativo, mediante controle externo, e pela Corregedoria-Geral do Ministério Público no sistema de controle interno.

87. É atribuição da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Roraima

- (A) sugerir ao Procurador-Geral de Justiça, o afastamento do exercício do cargo, sem prejuízo dos vencimentos e vantagens, de membro do Ministério Público indiciado em processo disciplinar.
- (B) faz recomendações, sem caráter vinculativo, a órgão de execução.
- (C) indicar ao Procurador-Geral de Justiça, em lista tríplice os candidatos à remoção ou promoção por merecimento.
- (D) propor ao Procurador-Geral de Justiça a criação de cargos e serviços auxiliares, modificações na Lei Orgânica do Ministério Público e providências relacionadas ao desempenho das funções institucionais.
- (E) decidir processo disciplinar contra membros do Ministério Público, aplicando as sanções cabíveis.

88. No que concerne ao Procurador-Geral de Justiça, órgão de execução do Ministério Público de Roraima, é correto afirmar que

- (A) é eleito em lista tríplice, formada pela votação secreta e trinominal, apenas pelos Procuradores de Justiça.
- (B) é o chefe do Ministério Público do Estado, nomeado pelo Governador do Estado, dentre todos os integrantes da carreira.
- (C) poderá ser destituído do cargo, mediante ato Governador do Estado, por deliberação da maioria simples do Poder Legislativo, em caso de abuso de poder ou de grave omissão no cumprimento do dever.
- (D) no caso da vacância no cargo, assumirá o Corregedor-Geral do Ministério Público, o qual cumprirá o tempo restante do mandato.
- (E) será substituído pelo Procurador de Justiça que designar e, na falta de designação, pelo mais antigo no cargo.

89. Segundo o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), no que tange ao direito fundamental aos alimentos, é correto afirmar que

- (A) se impõe ao Poder Público esse provimento, no âmbito da assistência social, se o idoso ou seus familiares não possuírem condições econômicas de prover o ser sustento.

(B) as transações relativas a alimentos, celebrados e referendados pelo promotor de justiça, têm efeitos de título executivo judicial, nos termos da lei processual civil.

(C) os alimentos serão prestados ao idoso na forma estabelecida, expressamente, no Estatuto do Idoso, afastada a incidência da lei específica.

(D) a obrigação alimentar ao idoso não é solidária.

(E) o idoso, ou seu representante legal, não pode optar entre os prestadores da obrigação alimentar.

90. Para instruir ação civil pública, a ser proposta para a defesa de interesses difusos, coletivos, individuais indisponíveis ou homogêneos dos idosos, pode instaurar inquérito civil

(A) o Ministério Público.

(B) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

(C) a Ordem dos Advogados do Brasil.

(D) qualquer associação legalmente constituída há pelo menos 1 (um) ano e que inclua entre seus fins institucionais a defesa dos interesses da pessoa idosa.

(E) qualquer dos arrolados nas alternativas anteriores, pois são legitimados concorrentemente.

91. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

(A) descentralização, com direção única na esfera do governo federal; atendimento integral, com prioridade para as atividades curativas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; participação da comunidade.

(B) descentralização, com direção única em cada esfera do governo; atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; participação da comunidade.

(C) centralização, com direção única em cada esfera do governo; atendimento integral, com prioridade para as atividades curativas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; participação da comunidade.

(D) centralização, com direção única na esfera do governo federal; atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; participação da comunidade.

(E) descentralização, com direção única em cada esfera do governo; atendimento integral, com prioridade para as atividades curativas, com prejuízo dos serviços assistenciais; participação da comunidade.

92. Em relação aos interesses ou direitos difusos, coletivos em sentido estrito e individuais homogêneos, é correto afirmar que

(A) os interesses ou direitos individuais homogêneos são os decorrentes de origem comum, acidentalmente coletivos e de natureza indivisível.

(B) os interesses ou direitos difusos e os coletivos em sentido estrito são transindividuais, de natureza divisível e pressupõem uma relação jurídica base.

- (C) os interesses ou direitos em sentidos estrito são metaindividuais, de natureza indivisível, de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base.
- (D) os interesses ou direitos difusos são metaindividuais, de natureza indivisível, cujos titulares são pessoas indeterminadas e ligadas, entre si ou com a parte contrária, por uma relação jurídica base.
- (E) os interesses ou direitos individuais homogêneos são os decorrentes de origem comum, essencialmente coletivos e de natureza indivisível.

93. Nas ações coletivas, quando se afirma que a sentença fará (ou terá eficácia de) coisa julgada *erga omnes secundum eventus litis*, significa que a sentença será oponível

- (A) contra todos, somente no caso de improcedência, com exame de mérito, da ação coletiva.
- (B) contra todos, somente no caso de procedência da ação coletiva.
- (C) apenas em relação às partes, independente do resultado da demanda coletiva.
- (D) contra todos, independente do resultado da demanda.
- (E) contra todos, nas hipóteses em que o pedido na ação coletiva for julgada improcedente por insuficiência de provas.

94. Segundo o Código de Defesa do Consumidor, o Ministério Público tem legitimidade para fazer o controle, em concreto ou em abstrato, das cláusulas abusivas

- (A) se provocado por entidade que represente o interesse de consumidores e desde que o contrato em que elas estejam inseridas seja um contrato de adesão.
- (B) se provocado por entidade que represente o interesse de consumidores e apenas na via administrativa, mediante inquérito civil.
- (C) somente se provocado por entidade que represente o interesse de consumidores e desde que as cláusulas atinjam interesses difusos ou coletivos.
- (D) somente se provocado por consumidor individualmente e desde que as cláusulas digam respeito ao seu contrato particular.
- (E) se provocado por entidade que represente o interesse de consumidores ou por consumidor individualmente, desde que as cláusulas atinjam interesses difusos, coletivos em sentido escrito ou individuais homogêneos.

95. Nas relações de consumo, o direito de reclamar pelos vícios ocultos dos produtos caduca em trinta dias, se forem bens

- (A) móveis, e seis meses, se forem bens imóveis, a partir do aparecimento do vício.
- (B) moveis, e sessenta dias, se forem bens imóveis, a partir do aparecimento do vício.
- (C) não-duráveis, e noventa dias, se forem bens duráveis, a parti de evidenciação do vício ao consumidor.

(D) não-duráveis, e noventa dias, se forem bens duráveis, a partir da constatação do vício pela assistência técnica, mesmo não comunicado ao consumidor.

(E) não-duráveis, e noventa dias, se forem bens duráveis, a partir da entrega efetiva do produto.

96. No que concerne ao ato infracional, definido no artigo 103 do Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que

(A) o juiz deve fixar o tempo em que o adolescente ficará internado se aplicar a medida de internação.

(B) a internação aplicada pelo juiz ao adolescente é uma medida especificada de proteção.

(C) o processo será extinto por falta de objeto, se, no curso do procedimento para apuração de ato infracional, o adolescente completar dezoito anos.

(D) a internação, antes da sentença, pode ser determinada pelo juiz, pelo prazo máximo de noventa dias.

(E) o policial deve apresentar a criança, como regra geral, ao Conselho Tutelar, se ele a flagrar na prática de ato infracional.

97. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, a autoridade competente para determinar a medida de colocação em famílias substituta, na modalidade de guarda, nas situações previstas no artigo 98, é

(A) o representante do Ministério Público.

(B) o Juiz da Infância e da Juventude.

(C) a Equipe Técnica do Juizado da Infância e da Juventude.

(D) o Conselho Tutelar.

(E) o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

98. Em conformidade com o disposto no artigo 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente, é atribuição do Conselho Tutelar

(A) requisitar certidão de óbito de criança ou adolescente quando necessário.

(B) conceder a remissão como forma de exclusão do processo de apuração de ato infracional.

(C) designar curador especial nos casos em que haja interesse de criança ou adolescente.

(D) conhecer de pedidos baseados em discordância paterna ou materna, em relação ao exercício do poder familiar.

(E) disciplinar, mediante portaria, ou autorizar, mediante alvará, a participação de criança e adolescente em espetáculos públicos e seus ensaios.

99. As empresas Alfa, Beta e Gama são autuadas pelo órgão ambiental do Estado de Roraima pelo lançamento de seus efluentes industriais diretamente no leito do Rio Branco, que banha a cidade de Boa Vista, causando, em consequência, grande mortandade de peixes.

Processadas em ação civil pública, proposta pelo Ministério Público, a empresa Alfa alega que a responsabilidade pela degradação ambiental foi o engenheiro contratado para projetar a estação de tratamento de efluentes da empresa; por

sua vez, a empresa Beta alega que ocorreu um vazamento de seus efluentes produzidos por sabotagem de um funcionário que fora demitido; a empresa Gama nega a autoridade da degradação ambiental, além de afirmar poluição preexistente, pois o Rio Branco já estava altamente contaminado pelos detritos domésticos da cidade de Boa Vista.

Diante da situação narrada pode-se afirmar que

I – a empresa Alfa poderá fazer a denúncia da lide, nos autos da ação civil pública, provando a responsabilidade do engenheiro contratado, o qual responderá objetivamente pelos danos ambientais.

II – tendo em vista que o Rio Branco já estava altamente contaminado e adotando-se a teoria da causalidade adequada, assevera-se que a poluição desencadeada pelas empresas autuadas não configuraram causa adequada para o desequilíbrio ambiental daquele curso d'água.

III – apesar do fato da sabotagem, a empresa Beta não se exoneta do dever de indenizar ou reparar os danos ambientais, considerando-se a sabotagem um caso fortuito interno ao empreendimento.

IV – as empresas Alfa, Beta e Gama respondem solidariamente pelos danos causados ao meio ambiente.

V – as empresas Alfa, Beta e Gama poderão eximir-se do dever de indenizar ou reparar o dano ambiental, se provarem que emitiram os efluentes de acordo com permitido na Licença de Operação.

Estão corretas apenas as alternativas

- (A) I e V.
- (B) III e IV.
- (C) II e III.
- (D) IV e V.
- (E) I, II e IV.

100. O licenciamento ambiental de empreendimento industrial, com significativo impacto ambiental, destinado a produzir material radioativo em qualquer estágio, a se localizar na cidade de Boa Vista, capital do Estado de Roraima, compete

- (A) ao órgão ambiental do Município de Boa Vista.
- (B) ao órgão ambiental do Estado de Roraima.
- (C) à CNEM (Comissão Nacional de Energia Nuclear).
- (D) ao IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis).
- (E) ao CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente).



**ESTADO DE RORAIMA
MINISTÉRIO PÚBLICO**

EDITAL Nº 10/06

**VI CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROVA PREAMBULAR
GABARITO**

01	B	26	C	51	B	76	C
02	D	27	B	52	E	77	E
03	A	28	E	53	C	78	C
04	D	29	A	54	A	79	D
05	C	30	D	55	D	80	D
06	B	31	E	56	D	81	D
07	A	32	D	57	B	82	B
08	A	33	A	58	A	83	C
09	E	34	A	59	C	84	D
10	C	35	C	60	A	85	E
11	C	36	B	61	D	86	D
12	A	37	E	62	A	87	B
13	E	38	C	63	A	88	E
14	B	39	D	64	C	89	A
15	D	40	A	65	C	90	A
16	B	41	B	66	A	91	B
17	A	42	E	67	B	92	C
18	A	43	A	68	C	93	B
19	E	44	D	69	B	94	E
20	A	45	C	70	A	95	C
21	D	46	E	71	C	96	E
22	C	47	D	72	D	97	B
23	A	48	B	73	C	98	A
24	B	49	A	74	A	99	B
25	C	50	C	75	C	100	D

Boa Vista, 22 de outubro de 2006.

Edson Damas da Silveira
Procurador-Geral de Justiça
Presidente da Comissão de Concurso